



Volume II, número 2, jul-dez, 2021, pág.632-653.

## AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE TEMPO INTEGRAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Edilaine Soares dos Santos

Ediléia Alves Mendes Souza

### RESUMO

Procurou-se neste texto evidenciar as contribuições da Escola de Tempo Integral para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos Anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal na cidade de Espinosa-MG. Utilizou-se neste a perspectiva qualitativa de caráter exploratório, cujos procedimentos foram, pesquisa bibliográfica, baseada em autores como: Cavaliere (2002), Guará (2006) e Teixeira (2007) e pesquisa de campo com dados empíricos. O questionário se mostrou o melhor instrumento para a coleta de dados com questões objetivas previamente estruturadas. Tais ações são desenvolvidas dentro de contextos do mundo real do aluno, propiciando a interação, contribuindo significativamente para a melhoria do processo aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Integral; Escola de Tempo Integral; aprendizagem; Prática docente.

### ABSTRACT

This paper aimed to highlight the contributions of the Integral School for the development of the teaching and learning process in the Year of Elementary School in a municipal public school in the city of Espinosa-MG. We used the qualitative perspective of exploratory character, whose procedures were, bibliographic research, based on authors such as: Cavaliere (2002), Guará (2006) and TEixeira (2007) and field research with empirical data. The questionnaire was the best instrument for collecting data with objective questions previously structured. Such actions are developed within real-world contexts of the student, facilitating interaction, contributing significantly to the improvement of the teaching-learning process.

**Keywords:** Integral Education; School of Integral Time; learning; Teaching practice.

### RESUME

Cet article avait pour objectif de mettre en évidence les contributions de l'Integral School au développement du processus d'apprentissage de l'Année de l'école primaire dans une école publique municipale de la ville d'Espinosa-MG. Nous avons utilisé la perspective qualitative de caractère exploratoire, dont les procédures étaient, la recherche bibliographique, basée sur des auteurs tels que: Cavaliere (2002), Guará (2006) et Teixeira (2007) et la recherche sur le terrain avec des données empiriques. Le questionnaire était le meilleur instrument pour collecter des données avec des questions objectives préalablement structurées. Ces actions sont développées dans les contextes réels de l'élève, facilitant ainsi les interactions et contribuant de manière significative à l'amélioration du processus d'enseignement-apprentissage.

**Mots-cles:** éducation intégrale; École du temps intégral; l'apprentissage; Pratique pédagogique.



## INTRODUÇÃO

A expectativa da sociedade em relação ao papel social da educação vem freqüentemente alterando as legislações destinadas a garantir uma melhor formação humana aos alunos. Várias abordagens teóricas têm sido alvo de reflexão dos educadores estudiosos do tema sendo institucionalizadas pelos órgãos públicos, buscando oferecer alternativas para a concretização do processo educacional de qualidade.

No Estado de Minas Gerais, o compromisso com a educação tem permeado o conjunto das políticas públicas, atendendo a legislação brasileira que amplia a carga horária do aluno na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 ao trazer no seu artigo 34: “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Investiu-se no estado em uma nova organização da escola com implementação do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI) visando garantir ao aluno oportunidades de uma melhor aprendizagem e progressão nos estudos, superando obstáculos e enfrentando desafios, oportunizando a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

É importante conhecer as ações desenvolvidas pela Escola de Tempo Integral - ETI e analisar sua contribuição no processo ensino e aprendizagem, tendo em vista que é uma proposta em franco processo de expansão e vem proporcionando aos alunos experiências pedagógicas, culturais e esportivas, sob iniciativa das escolas em parcerias com outros setores.

### **EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL: Conceito e Histórico da Educação Tempo Integral**

As demandas e pressões sociais pela perspectiva de melhor oferta de escolarização básica provenientes de uma sociedade urbana portadora de novas necessidades econômicas, culturais e sociais têm apontado a educação integral e a



escola de tempo integral como possibilidades de melhoria da oferta e da qualidade de educação básica no Brasil.

De acordo com Gonçalves (2006), o conceito mais tradicional que define a educação integral é aquele articulado ao processo educativo que assume a pessoa em sua totalidade. Considerando sua condição multidimensional que engloba as necessidades de desenvolvimento na dimensão cognitiva, como também as dimensões corpórea, social, cultural, psicológica, afetiva, econômica, ética, estética, entre outras, sem desconsiderar o contexto de múltiplas relações em que esse indivíduo está inserido.

Cavaliere (2002) defende que a educação integral é aquela que tem, por princípio básico, a acolhida do discente em sua multidimensionalidade, comprometendo-se em propor ações que contribuam para o desenvolvimento equitativo de todas as suas dimensões.

A educação integral, segundo Guará (2006), traz o sujeito para o centro de suas indagações e proposições. Para Gonçalves (2006, p. 130) o sujeito deve ser reconhecido como “desejante” que apresenta demandas simbólicas, que busca “satisfação nas suas diversas formulações de realização, tanto nas atividades de criação quanto na obtenção de prazer nas mais variadas formas”. (grifos do original).

Nesta perspectiva a educação integral deve ter a postura de atender e responder a uma multiplicidade de exigências, ao mesmo tempo em que precisa objetivar a construção de relações na direção do aperfeiçoamento humano, nas suas diversas dimensões, considerando, entre outros fatores, o contexto no qual esse indivíduo está inserido. Com o crescimento urbano-industrial e o processo de escolarização das grandes massas, o debate sobre a educação necessária à sociedade brasileira ocupa papel de destaque nas discussões políticas.

A educação integral, cuja orientação pedagógica passava pela ampliação das tarefas sociais e culturais ocorridas no contexto brasileiro, passa a ser um elemento evidente dos debates travados na primeira metade de século XX quando apontada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como um modelo adequado de escolarização. A educação integral anunciada pelos pioneiros sempre esteve nos horizontes políticos e pedagógicos.



**REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X**

O movimento reformador do início do Século XX refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e democrática. De modo geral, para a corrente pedagógica escolanovista, a reformulação da escola esteve associada à valorização da atividade ou experiência em sua prática cotidiana. Uma série de experiências educacionais escolanovistas desenvolvidas em várias partes do mundo, durante o Século XX, tinham algumas das características básicas que poderiam ser consideradas constituidoras de uma concepção de escola de educação integral (CAVALIERE, 2002, p. 251).

Naquele momento, a educação integral geradora dos debates travados fez parte do movimento de luta pela democratização do ensino público, atendendo a diferentes ideologias.

As correntes autoritárias e elitistas a encampavam com o sentido de ampliação de controle social e dos processos de distribuição criteriosa dos indivíduos nos segmentos hierarquizados da sociedade. O extremo dessa tendência expressou-se na concepção de educação integral da Ação Integralista Brasileira. Já as correntes liberais encampavam a educação integral com o objetivo de construção de saberes sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dar a partir de indivíduos intencionalmente informados para a cooperação e participação. Entre os liberais, destaca-se o nome de Anísio Teixeira, por sua significativa elaboração teórica e técnica, visando às ampliações das funções da escola e o seu funcionamento como instituição (CAVALIERE, 2010, p. 2).

A autora esclarece que os pioneiros da Educação Nova, o Movimento Integralista e o Movimento Anarquista defendiam, no Brasil, uma educação escolar voltada para a formação integral do homem, mas cada movimento trazia sua própria concepção político-ideológica de educação e de sociedade. Os integralistas viam na educação oportunidade para doutrinar a população, por isso defendiam uma escola de período integral em uma idéia de educação integral que combinasse esforço físico (educação física e ginástica), esforço intelectual (ensino tradicional e cientificista), ensino religioso e convivência social, numa releitura escolástica, permeada de patriotismo acrítico, da idéia de educação integral defendida pelos escolanovistas.

De acordo com Cavaliere (2002), as primeiras experiências de escolas públicas na perspectiva da educação integral e de tempo integral ocorreram no ano de 1950, sob forte influência das idéias de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Seguidor das idéias de John Dewey (1859 a 1952), considerado um dos grandes educadores e filósofos Norte-americanos, precursor da Escola Nova. Anísio Teixeira defendia que a escola pública para ser eficiente tinha que ser de tempo integral. Em 1950, ele fundou em Salvador a Escola Parque, precursora dos Centros Integrados de



Educação Pública (CIEPS). A Educação Integral idealizada por Anísio Teixeira nas décadas de 1940/1950 e por Darcy Ribeiro na década de 1980, os quais vislumbraram um país efetivamente educado e democrático, foi um marco no sistema de ensino no Brasil.

Na atualidade, a ETI está contemplada na legislação brasileira, por intermédio da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN que, em seu Artigo 34 prevê a ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental argumentando que se incluirá, pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência do aluno na escola. [...] §2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL,1996, p.6).

Seguindo esta linha de pensamento compreende-se que a Escola de Tempo Integral é mais um dilema na educação. A LDBEN - 9394/96 traz consigo opiniões convergentes e divergentes, além de uma parcela da própria comunidade escolar ignorar sua existência. Segundo Demo (1997) a lei 9394/96 é contraditória quando acena com expansão progressiva da escola de tempo integral, em atividades educativas como esportes, cultura e também atividades assistenciais, mas condena o assistencialismo na educação considerando que o desenvolvimento integral da criança não se restringe à pedagogia.

Demo ao discutir a LDB 9.394/96 no livro: A nova LDB Raços e Avanços:

[...] Há algum tempo, sob a ótica da escola de tempo integral e, sobretudo de atenção integral, predominaria a expectativa de fazer da escola um “centro comunitário” no qual seria viável fazer um atendimento alargado, incluindo muitas formas de assistência, pelo menos aos alunos. A LDB não vê isso com bons olhos, porque parte de outro ponto de vista: escola é uma entidade dedicada à educação, especificamente (DEMO, 1997, p. 56).

Para o autor pensar no progresso da ETI, deve-se aceitar a possibilidade de no futuro a escola admitir todos os apoios possíveis, em função de ser um lugar que privilegia aprendizagem formal e política. O Ministério da Educação - MEC vem gradativamente investindo esforços para incentivar a proposta do tempo integral nas escolas brasileiras. Sendo essa uma iniciativa de investimento do Governo Federal para a melhoria da educação juntamente com outras ações previstas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.



Observa-se que a educação vem se fortalecendo como política social desde a década de 1980. Na visão de Neves (1999):

A educação passando a se configurar como uma política social do Estado consubstanciou-se em direito social, em direito de cidadania de pertencimento a uma ordem jurídica-política democrática. Esse direito social, no entanto, agora implicado, resguardou os limites impostos pelo processo inicial de democratização do Estado e da sociedade. A ela foi atribuído, então, um papel na qualificação para o trabalho, passando a ter o nosso sistema educacional, em nível constitucional, um papel econômico definido. (NEVES, 1999. p.102).

Segundo a autora a educação é submetida a movimentos teóricos, pedagógicos e políticos que ressignifica a sua função social e na instituição escolar, pois passa a configurar-se como uma política social de Estado, em nível constitucional. Porém, na sua função institucional a escola se vê impedida de realizar as propostas, devido às reais condições sociais a que está submetida.

Na explicação dos termos que compõem os binômios dessa educação, os autores da área argumentam que educação integral refere-se aos aspectos da formação e escola de tempo integral, horário integral ou jornada ampliada refere-se ao tempo diário destinado às aulas. De acordo com Vitor Paro (1988) defendia nessa época que o adjetivo integral ainda não dizia respeito à extensão do período diário de escolaridade e sim ao papel da escola em sua função educativa, visão para a qual já tem novas interpretações, pois hoje o vocábulo integral, nesse contexto de discussão, também está relacionado ao tempo cronológico, à extensão de carga horária.

Para Guará (2009) no contexto educacional brasileiro contemporâneo, o conceito de educação integral é polissêmico, sendo impossível entendê-lo por uma única vertente. Tal conceito define-se a partir de quatro diferentes perspectivas explicitadas. A primeira refere-se à educação como formação integral, a qual o sujeito é predominante. O equilíbrio entre os diversos aspectos (cognitivo, afetivo, psicomotor, social, e outros) é considerado em sua proposição, o processo educativo ao desenvolvimento humano. Na segunda perspectiva entende a educação integral como articulação entre os componentes curriculares e os conhecimentos em abordagens interdisciplinares e transversais, que possibilitam práticas educacionais fundamentados no exercício do diálogo em princípio das experiências e os conteúdos apresentados.



Uma terceira perspectiva compreende a educação integral realizada por meio da articulação da escola com outros espaços comunitários, permitindo a parceria em diferentes instituições que podem compor projetos educacionais sob conhecimento bem como: educação formal e educação não-formal que compreendam o turno e contraturno escolar. Já, a quarta perspectiva em virtude de seu conteúdo está sendo mais usual nestes últimos anos. Ela interpreta a educação integral como ampliação ou expansão do tempo de permanência do indivíduo no contexto escolar, focando suas atividades para um melhor rendimento escolar.

Conforme a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD (2009), a escola precisa compartilhar a sua responsabilidade pela educação. Com esta postura ela não perde seu papel de protagonista porque sua ação é insubstituível porque necessita estabelecer relações para dar conta da Educação Integral. Entende-se que o desenvolvimento das atividades de educação integral pode ocorrer não somente no âmbito escolar, mas também em outros ambientes, isso vai depender das parcerias estabelecidas, as quais podem envolver a escola e as famílias, o poder público, empresas e organizações sociais capazes de administrar as potencialidades educativas que compõem o território para maior sustentabilidade do tempo integral. Então, cabe à escola a construção de uma relação de respeito e colaboração com seus parceiros uma vez que a parceria representa uma relação de corresponsabilização pelo processo educativo na comunidade inserida.

Em termos de políticas públicas de educação do governo, a última concepção apontada por Cavaliere (2007) está na implantação do “Programa Mais Educação”, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24/04/2007 (BRASIL, 2007). O objetivo está na melhoria da educação nacional, propondo metas para um período de 15 anos, dando prioridade à educação básica e prever ações em conjunto com estados e municípios brasileiros. Este programa fomenta a educação integral de crianças e adolescente, estabelecendo as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e as infra-estruturas esportivas em espaços escolares, o que traduz uma nova lógica para a organização em relação à ampliação do tempo escolar.

Diante da necessidade da escola trabalhar com diretrizes contextualizadas à realidade discente, Anízio Teixeira no início do século XX defendia o estreitamento da



relação teoria-prática, a escola como lugar do diálogo e da democracia numa ampla formação da criança. Ele argumentava que:

Não se pode conseguir esta formação em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa de atividades práticas, dar-lhe amplas possibilidades de formação de hábitos para a vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de lazer. Ler, escrever, contar e desenhar serão por certas técnicas a ser ensinadas, mas como técnicas sociais, no seu contexto real, como habilidades sem as quais não se pode viver. (TEIXEIRA, 2007, p.67)

Para o autor só a escola com horário integral poderia proporcionar uma formação de qualidade. Pressupõe o alargamento de tempo e espaço vinculados a escola, criando condições necessárias para a melhoria dos processos de aprendizagem e de ensino quando trabalhos de forma integrada e significativa.

### **Escola de Tempo Integral no Estado de Minas Gerais**

Em 2012, conforme a Resolução SEE Nº 2197, de 26 de outubro de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e trouxe no Título VII, nos artigos 84 a 86, as diretrizes da educação em tempo integral estabelecem que:

Art. 84 A Educação em Tempo Integral tem por finalidade ampliar a jornada escolar, os espaços educativos, a quantidade e a qualidade do tempo diário de escolarização.

Parágrafo único. A jornada escolar ampliada deve ter a duração mínima de 3 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e contemplar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade.

Art. 85 As atividades da jornada ampliada podem ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas.

Art. 86 A composição curricular da Educação em Tempo Integral deve ser organizada contemplando os seguintes campos de conhecimento:

- I - Acompanhamento Pedagógico;
- II - Cultura e Arte;
- III - Esporte e Lazer;
- IV - Cibercultura;
- V - Segurança Alimentar Nutricional;
- VI - Educação Socioambiental;
- VII - Direitos Humanos e Cidadania.



**REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X**

Parágrafo único. Os campos de conhecimento da Educação em Tempo Integral devem estar integrados aos Componentes Curriculares das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio.

Perante estes artigos a ampliação qualificada do tempo, composta por atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, da cultura, das artes, das tecnologias, entre outras; articuladas aos componentes curriculares e áreas do conhecimento, bem como as vivências e práticas socioculturais, numa concepção de educação integral que proporcione ao educando seu desenvolvimento integral.

No contexto educacional brasileiro, a ampliação do tempo de permanência do discente na escola que tem sido uma das interpretações possíveis para a Educação Integral. Conforme a SEE/MG (2013) a consolidação da educação em tempo integral como política pública apresenta-se no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, por intermédio da Lei nº 19.481 de 12/01/2011 que prevê a ampliação progressiva da jornada escolar diária, visando à oferta de tempo integral para 80% (oitenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e 40% (quarenta por cento) dos alunos do Ensino Médio, em até dez anos. Faz-se essa opção mediante a oferta de atividades que contribuem para a elevação da qualidade do ensino e a ampliação do conhecimento do aluno sobretudo no universo artístico, cultural e esportivo, com o objetivo de construir o currículo para a Educação de Tempo Integral.

A ETI representa uma educação escolar ampliada em suas tarefas culturais e sociais, é um elemento presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica no Brasil. De acordo a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG, 2013) no decorrer da última década, através dos Projetos Aluno de Tempo Integral e Escola de Tempo Integral, as escolas estaduais mineiras deram início à jornada ampliada, ofertando aos alunos mais tempo na escola, com novas oportunidades de aprendizagem, nas quais vislumbram conquistas e dificuldades.

Diante da implantação do PROETI da SEE do Estado de Minas Gerais (2013), suas diretrizes tem por objetivo ampliar as oportunidades educacionais dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos, através de novas estratégias e procedimentos metodológicos, pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola. Consequentemente, os resultados



esperados visam a formação do discente como cidadão e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, porém a escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades.

Segundo a SEE/MG (2013) o desenvolvimento das atividades educativas do PROETI tem por base o que está prescrito no artigo 85 da Resolução 2197/12. Para a realização destas atividades são utilizados equipamentos sociais e culturais, os quais qualificam a complementação da jornada escolar desenvolvidas de acordo com a disponibilidade da escola ou em espaços distintos da cidade e parcerias estabelecidas com entidades locais, respeitando o Projeto Pedagógico de cada instituição escolar. Salienta-se que estas parcerias serão todas aquelas que puderem disponibilizar tempo, conhecimento, habilidade, trabalho, espaço e oportunidades para ampliar as vivências educativas proporcionadas à comunidade. Desta maneira os profissionais e agentes co-responsáveis pelo desenvolvimento das atividades são os professores ou outros profissionais que poderão contribuir dentro e fora da escola.

Em relação à ressignificação do currículo nas escolas é determinado no artigo 86 da Resolução 2197/12, que para o desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos. É necessário que cada instituição organize um currículo capaz de trabalhar diferentes campos de conhecimento da educação integrados aos Componentes Curriculares das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio.

Observa-se que a Educação integral é mais uma estratégia pública na tentativa de contornar os problemas sociais causados pela marginalidade. Percebe-se que os programas para tempo integral foram pensados a partir da concepção de que é necessário investir em soluções para os problemas educacionais e sociais. Diante da luta pela ampliação da carga horária nas escolas, Ribeiro (1995) afirmava:

Criar escolas de dia completo para alunos e *professores*, sobretudo nas áreas metropolitanas onde se concentra a maior massa de crianças condenadas à marginalidade porque sua escola efetiva é o lixo e o crime. O que chamamos



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

de menor abandonado e delinqüente é tão-somente uma criança *desescolarizada*, ou que só conta com uma escola de turnos (grifo adicionado – Ribeiro, 1995, p. 13).

Percebe-se a crença na escola como instituição capaz de promover mudanças sociais, uma escola de dia completo, e não uma escola de turnos, que promova ações fundamentais nos projetos curriculares. Esta educação de tempo integral vem afirmar que a educação é um direito de todos e abrange as dimensões formativas do sujeito. Para tanto a ampliação da jornada escolar vem melhorar sua qualidade, garantindo o acesso e o direito a diversas atividades: arte, esporte, lazer, cultura, conteúdos pedagógicos, científicos, profissionalização, práticas para sua inserção na sociedade, dentre outros elementos.

### **Prática pedagógica na Escola de Tempo Integral**

A prática pedagógica é a dimensão efetiva para o desenvolvimento do processo de ensino – aprendizagem do discente. Nesta perspectiva, Maurício afirma que a ETI:

Reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre o corpo e o intelecto. Entende que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, variadas atividades e circunstâncias. A criança desenvolve seus aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros conjuntamente. Não há hierarquia do aspecto cognitivo, por exemplo, sobre o afetivo ou social. Por isso, as atividades a que é exposta devem desenvolver multiplicidade de aspectos para benefício de seu desenvolvimento. (2009, p.26)

Com base no autor, entende-se que, a prática pedagógica ao estar integrada em diretrizes contextualizadas e métodos de ensino significativos, contribuem a realização de variadas atividades que permitem desenvolver a multiplicidade de aspectos para benefício de cada sujeito em seu desenvolvimento. Todos devem estar engajados neste projeto educativo, especialmente o docente, porque a possibilidade de melhoria do processo ensino-aprendizagem advém em grande parte da prática pedagógica do professor. Sem descartar outros fatores que trazem implicações nessa melhoria, tais como: valorização do trabalho docente, disponibilidade de recursos humanos e materiais para desenvolvimento das atividades. Entre outros, também se



destacam: investimento na infra estrutura das instituições escolares, a qualidade das parcerias estabelecidas, a participação da família e da sociedade, a articulação do trabalho pedagógico no interior da escola e a motivação, interesse e entusiasmo do aluno e do professor para as ações educativas.

## O PROJETO EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (PROETI)

O PROETI destina-se às escolas estaduais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais e tem como proposta a ampliação da carga horária do aluno. Em um turno é desenvolvido o Currículo Básico do Ensino fundamental, compreendendo os componentes curriculares da Base Nacional Comum e da parte diversificada. Em outro turno, conforme projeto apresentado pela escola é realizado atividades que ampliarão as possibilidades de aprendizagem dos alunos, com o enriquecimento do Currículo Básico, com ênfase na alfabetização, letramento, matemática e ampliação do universo de experiências artísticas, socioculturais e esportivas.

No ano de 2012 o PROETI tem início na escola, com duas turmas no turno vespertino, sendo as turmas do 1º ao 5º Anos Iniciais e 6º ao 9º ano do Ensino fundamental, no entanto estão em funcionamento somente do 1º ao 5º ano atendendo a 22 (vinte e dois) alunos.

Segundo o PPP (2013) a ETI cumpre seu papel com excelência, garantindo qualidade na educação, faz-se necessário oferecer aulas criativas e prazerosas. A diferença vai estar no modo da disposição das carteiras em sala de aula ou mesmo na exploração de outros espaços existentes na escola e fora dela, dando ao aluno a oportunidade de constituir experiências ricas e significativas, pois a aprendizagem em tempo integral deve basear-se numa ação pedagógica organizada por projetos. Nesta perspectiva, a ênfase do desenvolvimento integral será a partir de uma área ou tema do conhecimento como eixo para o desenvolvimento de outras competências. Neste caso, o trabalho, a arte, o esporte, o lazer, a sexualidade, o meio ambiente, a saúde, entre outros, não são temas transversais, mas, ao contrário, constituem projetos que aglutinam conhecimentos e estabelecem conexão com outras necessidades do sujeito.



**REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X**

Destaca-se, principalmente, uma metodologia participativa que envolve a vida prática comunitária, voltada para solução de questões que inquietam ou estimulam a vida cotidiana, por isso mesmo, exercem forte motivação e interesse. Não se trata simplesmente de fazer aulas repetitivas, monótonas, com saídas ou excursões sem cunho pedagógico. Trata-se de considerar excursões, atividades extra escolares e aulas em sala, com um projeto pedagógico de desenvolvimento de uma determinada disciplina, em que não precisa haver repetição porque a diversão não é inimiga da aprendizagem, pelo contrário, quando aprendemos de modo prazeroso, esse aprendizado se torna muito mais significativo.

O PPP (2013) ainda estabelece que a Educação de Tempo Integral tem por objetivo geral melhorar a aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental que demandam maior atenção do sistema educacional, ampliando a sua permanência diária na escola. Dentre os objetivos específicos busca-se elevar a qualidade de ensino; ampliar a área de conhecimento do aluno, permitindo uma visão mais globalizada dos conteúdos curriculares; promover o atendimento do aluno com defasagem de aprendizagem; reduzir a possibilidade de reprovação, tendo em vista que o aluno terá no extra turno, atividades para o desenvolvimento de suas habilidades e suas competências; desenvolver atividades artísticas, culturais e esportivas que ampliem o universo de experiências dos alunos.

Por conseguinte, a Educação Integral tem como desafio mobilizar o grupo para a realização de tarefas planejadas com o objetivo de ampliar os conhecimentos e saberes das crianças. Nas oficinas, como estratégias metodológicas, sempre se propõe que essa ampliação ocorra sob a mediação do educador, há o momento da avaliação, no qual as crianças ajudam o educador a avaliar o trabalho realizado. Esta etapa retoma o percurso total da oficina e permite que os participantes percebam as aprendizagens e o atendimento de expectativas esperadas.

Assim, os discentes vivenciam por meio de pesquisas, leituras, experiências práticas, jogos e brincadeiras, atividades de caráter reflexivo, expressão corporal e artística entre muitas outras possibilidades. E essas atividades, além de variadas, utilizam as múltiplas linguagens (visual, sonora, corporal e verbal, entre outras) e são desenvolvidas dentro de contextos do mundo real dos alunos, para que promovam atos



significativos e favoreçam o aprender fazendo. E as aprendizagens são sistematizadas por meio da reflexão que envolve todo o processo vivido.

A concepção delas sobre educação de tempo integral visando entender os conceitos que sustentam a prática das professoras, assim a educação vem complementar a educação de tempo regular porque desenvolve na criança a interação, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem. Com base nas abordagens feitas pelos docentes, conforme o Plano Nacional de Educação - PNE (2001) para justificar a ampliação da jornada argumenta que:

A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, práticas de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. (BRASIL, 2001, p.49).

A ETI em âmbito nacional tem como uma das suas características a diminuição das desigualdades sociais. Em um país onde, infelizmente ainda predomina uma desigual distribuição de renda, esse pode ser um dos caminhos para contribuir com maior igualdade entre as crianças inseridas nas instituições escolares. Porém isso vai depender da maneira como os projetos são organizados e desenvolvidos.

Um dos objetivos dessa pesquisa era identificar junto a esses sujeitos as contribuições encontradas no modelo de ETI. Para elas a maior contribuição advém da melhoria na aprendizagem dos alunos e no amparo ou acolhimento desse aluno na escola. Outras vantagens estão conforme demonstrado na figura abaixo.

### **Análise dos dados**

Foi questionada a PA, PB e PC se elas conhecem a proposta de tempo integral desenvolvida pela escola, a resposta foi positiva. Questionou-se também sobre a opinião que tinham a respeito do trabalho realizado no tempo integral. PA enfatizou que o tempo integral é de suma importância, tendo em vista que contribui para aprendizagem das crianças, aspecto que teve a anuência de PB e PC, reforçando ainda a interação como elemento favorecido pela maior permanência do aluno na escola.



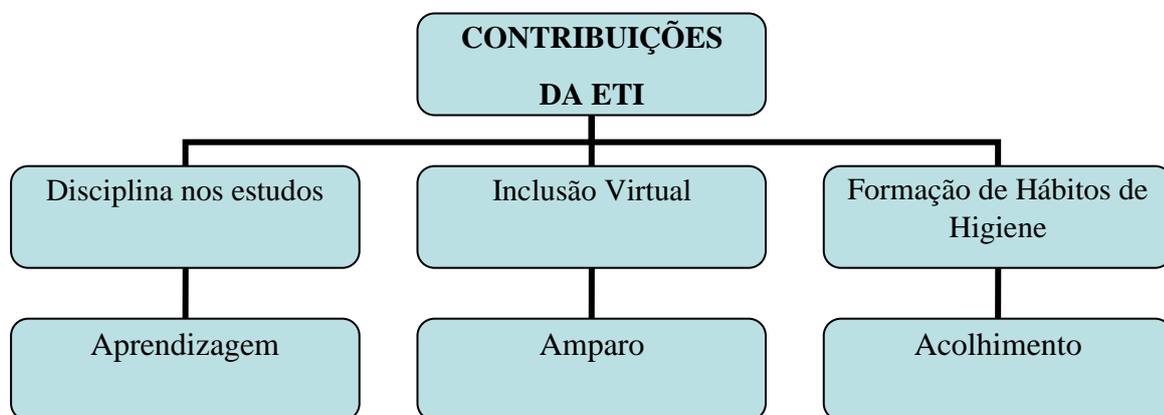
Uma das questões abordou a concepção delas sobre educação de tempo integral visando entender os conceitos que sustentam a prática das professoras. Para elas esta educação vem complementar a educação de tempo regular porque desenvolve na criança a interação, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem. Com base as abordagens feitas pelos docentes, conforme o Plano Nacional de Educação - PNE (2001) para justificar a ampliação da jornada argumenta que:

A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, práticas de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. (BRASIL, 2001, p.49).

Como se percebe a ETI em âmbito nacional tem como uma das suas características a diminuição das desigualdades sociais. Em um país onde, infelizmente ainda predomina uma desigual distribuição de renda, esse pode ser um dos caminhos para contribuir com maior igualdade entre as crianças inseridas nas instituições escolares. Porém isso vai depender da maneira como os projetos são organizados e desenvolvidos.

Um dos objetivos dessa pesquisa era identificar junto a esses sujeitos as contribuições encontradas no modelo de ETI. Para elas a maior contribuição advém da melhoria na aprendizagem dos alunos e no amparo ou acolhimento desse aluno na escola. Outras vantagens estão demonstradas na figura abaixo.

**Figura 1 – Contribuições da Escola de tempo integral no Contexto Escolar**



Fonte: Arquivos pessoais (outubro/2013).



Diante destas vantagens a educação integral busca suprir as necessidades educacionais dos alunos com dificuldade de aprendizagem nos conteúdos curriculares, bem como desenvolver atividades artísticas, culturais e esportivas que ampliem o universo de experiências dos mesmos. Esta delimitação do campo de ação facilita a concentração do trabalho pedagógico, permitindo uma avaliação mais clara dos resultados.

Na questão seguinte, foi questionado sobre as dificuldades para se trabalhar tal educação, as respostas da PA e PB foram unânimes ao afirmarem que não, enquanto que, a PC esclarece que sim, “porque a falta de comprometimento por parte dos alunos, que na maioria das vezes acham que estão sendo punidos e não beneficiados. Isso ocorre por negligência dos pais.” (PC, questionário. Out/2013).

A SE e PTI reforçam esta concepção ao abordarem que os pais não concebem a importância do PROETI na vida escolar de seus filhos, muitas vezes os alunos precisam faltar à aula para ajudar em serviços de plantações ou cuidar dos irmãos para os pais resolvem problemas na cidade. Entende-se que o PROETI no contexto atual, tem um papel importante na vida social, porque suas ações efetivas necessitam da relação família e escola. Duas instituições sociais que exercem grandes influências educativas e socializadoras. Percebe-se ainda que alguns pais estejam excluindo de seus filhos o direito à educação. Perante situações como essas, sabe-se que Constituição Federal no artigo 227 determina colocar a criança livre de qualquer forma de negligência. Sobre esta abordagem Souza (2012) salienta:

Competindo ao Estado formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam às mesmas desenvolvimento integral e vida plena, complementando a ação da família. Então, não cabe à escola se furtar ao papel também de cuidadora uma vez que esse aspecto é importante para o desenvolvimento e formação da criança, sobretudo se esta não tem a família como referência neste sentido, mas dar a essa dimensão do trabalho características efetivamente educativas (SOUZA, 2012, p.115).

Percebe-se que o grande desafio está em conquistar as famílias, formando com elas uma parceria significativa no trabalho escolar o que conseqüentemente reflete na formação das crianças.

Em termos de planejamento questionou-se como ocorre à articulação entre o ensino regular e do tempo integral. Na visão de PC o planejamento ocorre às vezes de



forma paralela ou separados. Para a PA e PB no ensino regular o planejamento fundamenta na matriz curricular. A PTI salienta que o planejamento é acompanhado pela supervisora, oficinas, jogos e brincadeiras são trabalhados. E SE diz que os principais eixos sustentadores destas práticas são linguagem e matemática, área artística, práticas esportivas e a área de formação pessoal.

Diante da educação de tempo integral, foi perguntado às professoras, enquanto profissionais que atuam com as mesmas crianças como ocorria a interação entre elas. As visões da PA e PB foram similares ao esboçarem que é a partir de diálogos relacionados às dificuldades e evolução da aprendizagem do educando. Ao contrário da PC que afirma que “infelizmente os professores não interagem, precisaria de mais diálogo, planejamento juntos, traçar metas juntos. Isto ocorre pouco.” (PC, questionário. Out/2013). Adentrando no conceito de planejamento e da importância dessa metodologia da articulação do ensino regular com educação de tempo integral, Libâneo (1994) salienta que:

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é, antes, a atividade consciente da previsão das ações político – pedagógicas, e tendo como referência permanente às situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural) que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que integram o processo de ensino. (LIBÂNEO, 1994, p. 222)

Compreende-se dessa forma que é preciso acontecer uma integração no processo de planejamento que permeia o trabalho na escola, pois é através dele prevê ações docentes voltadas para a problemática social, econômica, política e cultural, que envolve toda a escola e, por consequência, dessa integração resulta ações positivas à educação do corpo discente.

Conseqüentemente, ao questionar qual a percepção das professoras em relação às metodologias e atividades utilizadas no tempo integral, SE e PTI afirmam que as metodologias utilizadas são realizadas de forma lúdica e divertida através de oficinas pedagógicas contemplando os eixos propostos, o trabalho em grupo, o respeito às diferenças e aos conhecimentos dos alunos.

Em termos de atividades são desenvolvidas as artísticas, culturais e esportivas, visando à melhoria da aprendizagem do discente, logo, oficinas criativas e



prazerosas envolvem a alfabetização e matemática. Na visão da PA as atividades desenvolvidas no tempo integral ajudam na auto-estima das crianças, no incentivo à aprendizagem e no convívio social. Segundo a PB as metodologias utilizadas fascinam as crianças, aprendem brincando através de jogos e brincadeiras educativas. Este resultado positivo é perceptível “no aprendizado dos meus alunos que frequentam o ensino regular.” (PC, questionário. Out/2013). Conforme Fialho (2007):

A exploração do aspecto lúdico, pode se tornar uma técnica facilitadora na elaboração de conceitos, no reforço de conteúdos, na sociabilidade entre os alunos, na criatividade e no espírito de competição e cooperação, tornando esse processo transparente, ao ponto que o domínio sobre os objetivos propostos na obra seja assegurado (FIALHO, 2007, p. 16).

Dentre as atividades e metodologias aplicadas, é imprescindível a utilização de instrumentos pedagógicos para favorecer apoio, constituindo elementos úteis no reforço de conteúdos já apreendidos anteriormente. Em contrapartida, estas ferramentas de ensino devem ser instrutiva, transformadas numa disputa divertida, e, que consiga, de forma sutil, desenvolver a construção do conhecimento. Por isso, a Educação em Tempo Integral requer a mobilização de toda a comunidade escolar, especialmente dos professores, para um planejamento conjunto que assegure atendimento das necessidades educativas dos alunos e desenvolvimento das ações, com o máximo de aproveitamento.

Para esses profissionais todas as atividades desenvolvidas no tempo integral contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes, mas para a PA e PB os jogos pedagógicos são essenciais, porque despertam a atenção, o interesse e a participação do aluno. A PC define as atividades que envolvem o uso de material concreto são significativas. Concomitantemente, na percepção da PTI e SE todas as atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar partem de um eixo temático em que objetivam suprir as necessidades dos educando contribuem para a aprendizagem. De forma mais ampla, o tempo integral contribui na qualidade do processo de ensino aprendizagem na escola, porque segundo a PA e PB as metodologias e as atividades lúdicas realizadas favorecem a aquisição de conhecimentos nos aspectos lingüísticos e sociais. A PTI afirma que este desenvolvimento “é perceptível ao longo do ano, principalmente em relação à formação da criança cidadã, que podem ser observadas pelos pais.” (PTI, questionário. Out/2013), vantagens atribuídas ao PROETI, uma vez



que, “o aluno do Projeto Tempo Integral tem a oportunidade de vivenciar experiências significativas” (SE, questionário. Out/2013).

De acordo com a PC esta contribuição se torna efetiva “quando o aluno tem apoio da família e participa do projeto de tempo integral. Você nota a diferença nos resultados obtidos em sala de aula, no tempo regular.” (PC, questionário. Out/2013).

Nestas abordagens entende-se a contribuição do uso do material concreto, dentre eles a utilização dos jogos educativos com finalidades pedagógicas que revelam a sua importância, pois promovem situações de ensino-aprendizagem e aumentam a construção do conhecimento, introduzindo atividades lúdicas e prazerosas, desenvolvendo a capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora. “A estimulação, a variedade, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente proporcionados pela situação lúdica [...]” (MOYLES, 2002, p.21).

Todavia a aprendizagem significativa necessita da ampliação e modernização de estratégias para viabilizar experiências ao aluno, materiais concretos devem ser utilizados para auxiliar na construção das capacidades cognitivas, sociais e afetivas do mesmo. Diante das ações de educação integral são perceptíveis as suas contribuições no processo educativo, a importância das metodologias aplicadas, os fundamentos e eixos norteadores dos projetos e a realidade na qual estes são desenvolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defender uma educação integral significa lutar por uma educação completa, que pense na formação do sujeito, em todas as suas dimensões, lançando um olhar reflexivo entre as esferas da quantidade e da qualidade. Dentro desta perspectiva, esta pesquisa monográfica objetivou compreender as contribuições da Escola de Tempo Integral no processo de ensino- aprendizagem dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no turno vespertino na Escola Estadual Washington Xavier Mendes no Município de Espinosa-MG, buscando responder a seguinte problemática: “Que contribuições a Escola de Tempo Integral agrega ao processo de ensino - aprendizagem dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no turno vespertino na Escola



Estadual Washington Xavier Mendes no Município de Espinosa – MG?” A metodologia desta permitiu conhecer as concepções de três professoras do ensino regular, de uma docente do tempo integral e o de uma supervisora educacional a respeito das possíveis contribuições da escola de tempo integral no processo de ensino-aprendizagem.

Perante a utilização do questionário, tendo a organização e análise dos dados coletados, foi possível compreender, com base na visão das professoras, que a ETI vem complementar a educação de tempo regular porque envolve metodologias e atividades de caráter lúdico, vivenciadas por meio de pesquisas, leituras, experiências práticas, jogos e brincadeiras, atividades de caráter reflexivo, expressão corporal e artística entre muitas outras possibilidades. Essas atividades, além de variadas, utilizam as múltiplas linguagens (visual, sonora, corporal e verbal), entre outras, todas norteadas sob eixos sustentadores e são desenvolvidas dentro de contextos do mundo real dos alunos. Tais ações propiciam na criança a interação, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem, como também vantagens no amparo a essas crianças no ambiente escolar. Favorece a disciplina nos estudos, a inclusão virtual e a formação de saudáveis hábitos de higiene. Essas contribuições requerem a mobilização de toda a comunidade escolar, especialmente no que diz respeito à atuação docente para um planejamento conjunto que assegure atendimento à necessidade educativa do discente. Para os sujeitos pesquisados a grande dificuldade está na ausência da família na escola, sendo um dos maiores desafios enfrentados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**”, “Lei 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília- DF. Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 24/04/2007. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. 2007.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Anísio Teixeira e a educação integral. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, vol. 20, n.46. (SciELO).

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015 – 1035, out. 2007. Disponível em HTTP://WWW.cedes.unicamp.br.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. 2006. IN: Cadernos CENPEC / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Educação Integral**. nº 2 (2006). São Paulo: CENPEC, 2006.

GUARÁ, Isa Maria F. R. É imprescindível educar integralmente. IN: Cadernos CENPEC / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Educação Integral**. nº 2 (2006). São Paulo: CENPEC, 2006.

\_\_\_\_\_, Isa Maria F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. IN: MAURÍCIO, Lúcia V. (org.). **Educação Integral e Tempo Integral**. Em Aberto, Brasília: INEP, v. 22, nº 80. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos, Didática. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso; SILVA, I. Avaliação externa 1993 e 1994. Carta: falas, reflexões,

memórias, informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro, Brasília, v. 5, n. 15, p. 193-219, 1995. [este número também é conhecido com O novo livro dos Cieps].

\_\_\_\_\_, Lúcia Velloso. **Apresentação**. Em aberto, Brasília, v.22, n.80, p.09-12,abr. 2009.

MINAS GERAIS. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 19481 de 12 de janeiro de 2011** – institui o Plano Decenal de Educação do Estado.

\_\_\_\_\_. **Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: SEE, 2012.

PARO, Vitor. Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público. São Paulo: Cortez, 1988.

SECAD/MEC. **Mais Educação. Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Ministério da Educação, 2009.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

SOUZA, Ediléia Alves Mendes. **Prática pedagógica de qualidade na educação infantil em escola de tempo integral: visão de professores.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Educação, 2012.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio.** 7ª edição. Comentada e apresentada por Marisa Cassim; org. da col. Clarice Nunes. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_, Anísio Spínola. **Educação e o Mundo Moderno.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

**Recebido: 23/12/2020. Aceito: 26/12/2020.**

### **Autoras**

**Edilaine Soares dos Santos** - Licenciada em Pedagogia. Egressa da Unimontes. Professora do Município de Espinosa/MG. [lainesantospetry@gmail.com](mailto:lainesantospetry@gmail.com)

**Ediléia Alves Mendes Souza** Doutora em Educação; Professora da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. [edileia\\_mendes@yahoo.com.br](mailto:edileia_mendes@yahoo.com.br)